**Os proprietários da Eucaristia**

**Roberto Malvezzi (Gogó)**

Quando as comunidades amazônicas reivindicaram seu acesso à Eucaristia, ainda que fosse pela celebração de algum membro de sua comunidade, houve reação no mundo inteiro como se fosse uma heresia ou o fim do celibato. Diante de tanta pressão, até Francisco recuou da decisão sinodal na sua Exortação Apostólica “Querida Amazônia”. Agora, grupos católicos ao redor do mundo fazem pressão pelo retorno das celebrações e pelo acesso à Eucaristia, canceladas em função da pandemia do coronavírus.

Fica claro que há dois pesos e duas medidas nesses grupos. Quando é de seu interesse, pressionam pela Eucaristia, quando é do interesse das periferias geográficas, sociais e existenciais, pressionam para que não haja eucaristia.

A Eucaristia está longe de ser um sacramento universal. Ela continua um privilégio de grupos que podem ir a uma celebração pelo menos uma vez por semana. A grande maioria, como as comunidades amazônicas e em tantos lugares do mundo, passa anos sem acesso a ela.

Esse problema é estrutural na Igreja Católica, não conjuntural. Todos sabem que a exigência do celibato para os presbíteros é uma questão disciplinar dentro da Igreja, portanto, não há empecilho teológico nenhum para que as comunidades possam ter um homem casado – a questão da mulher encontra mais entraves ainda – para concelebrar com sua comunidade.

Enfim, ou esses novos ministérios são liberados, ou essa questão jamais será solucionada. E não adianta culpar o “Senhor da Messe” como se Ele realmente não estivesse enviando operários para sua messe. Ele envia, esses operários e operárias estão nas comunidades, mas a estrutura eclesial é que impede que possam trabalhar, impedindo o acesso dos mais periféricos à Eucaristia.

Esses momentos de pandemia também são úteis para essas verdades. Nessas horas as máscaras caem e os interesses mesquinho do “salve-se quem puder” ficam evidentes também dentro da Igreja, inclusive no acesso à Eucaristia.